

Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho: extingue carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para as carreiras gerais;

Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho: estabelece os níveis da tabela remuneratória única correspondentes às posições remuneratórias das categorias das carreiras gerais de técnico superior, de assistente técnico e de assistente operacional;

Portaria n.º 62/2009, de 22 de Janeiro: aprova os modelos de termos de aceitação da nomeação e de termo de posse;

Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro com a nova redacção dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril: regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR);

Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro: aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e actualiza os índices 100 de todas as escalas salariais;

Portaria 1553-D/2008, de 31 de Dezembro: procede à revisão anual das tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem, bem como dos suplementos remuneratórios, para os trabalhadores em funções públicas e actualiza as pensões de aposentação e sobrevivência, reforma e invalidez;

Lei n.º 60/2005, de 29 de Dezembro: estabelece mecanismos de convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões;

Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro: cria a protecção no desemprego de trabalhadores da Administração Pública;

Lei n.º 4/2009, de 29 de Janeiro: define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas;

Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro: aprova o novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública;

Decreto-Lei n.º 117/2006, de 20 de Junho: define a transição do regime obrigatório de protecção social aplicável aos funcionários públicos para o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem;

Portaria n.º 168/2007, de 5 de Fevereiro: estabelece as normas de execução necessárias à aplicação do Decreto-Lei n.º 117/2006, de 20 de Junho, que define as regras aplicáveis às situações de transição do regime de protecção social dos funcionários e agentes da Administração Pública para o regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem;

Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de Abril: regulamenta a protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de protecção social convergente.

Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro: Regula o Código dos regimes contributivos do sistema previdencial de Segurança Social;

Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro: aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas;

Portaria n.º 609/2009, de 5 de Junho: aprova o modelo de registo de trabalho extraordinário e os elementos que deve conter.

20460098

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Aviso n.º 9741/2011

Para os devidos efeitos legais torna-se público que em 15 de Abril de 2011, homologuei a conclusão com sucesso do período experimental de Teresa Maria Carneiro Leal Alves Fernandes, na carreira e categoria de Assistente Técnica do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, com avaliação final de 18 valores, contratada na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de um lugar de Assistente Técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 15025/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 29 de Julho.

18 de Abril de 2011. — O Director, *Professor Doutor Paulo Ferrinho*.
204601872

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 9742/2011

Considerando o disposto nos artigos 73.º, 75.º e 76.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e para efeitos do previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, declara-se concluído com sucesso o período experimental do seguinte assistente operacional a exercer funções no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra:

Abílio Nuno Falcão Teixeira: 13 valores

18.04.2011. — O Administrador do IPC, *Manuel Filipe Mateus dos Reis*.

204599743

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Aviso (extracto) n.º 9743/2011

Nos termos previstos no artigo 60.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na redacção dada pelo artigo 41.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e após a anuência do Director da Escola Superior Agrária de Santarém e despacho autorizador de 22 de Março de 2011, do Presidente do Instituto Politécnico de Santarém, foi autorizada a prorrogação da situação de mobilidade interna no Instituto Nacional de Recursos Biológicos, da Professora Adjunta Joana Segurado Pimenta Godinho, até 31 de Dezembro de 2011.

19 de Abril de 2011. — O Administrador, *Pedro Maria Nogueira Carvalho*.

204602374



PARTE F

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Instituto da Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM

Aviso n.º 8/2011/M

Na sequência do concurso público para instalação de um posto farmacêutico móvel na freguesia da Serra de Água, concelho de Ribeira Brava, da Região Autónoma da Madeira, aberto pelo Aviso n.º 1/2011/M, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 6, de 10 de Janeiro de 2011, torna-se pública a respectiva lista dos concorrentes admitidos, graduados e excluídos, homologada por despacho de 11 de Abril de 2011, de S. Ex.ª o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, encontrando-se igualmente a presente lista disponível para consulta na página da internet do IASAÚDE, IP-RAM em <http://iasaude.sras.gov-madeira.pt>.

Lista de concorrentes admitidos, graduados e excluídos

Concorrentes Admitidos e Graduados

Concorrentes Admitidos	Gradação	N.º Postos Averbados
Farmácia da Quinta Unipessoal L. ^{da} Farmácia da Quinta	1.º Lugar	Não tem ^{o)}
Maria da Luz Dantas — Farmácia, Unipessoal, L. ^{da} Farmácia dos Dragoeiros	1.º Lugar	Não tem ^{o)}
Mercedes Pontes Unipessoal L. ^{da} Farmácia São José	1.º Lugar	Não tem ^{o)}

a) Critério de Prioridade — Número de postos averbados no alvará — de acordo com o n.º 4 do artigo 10.º da Deliberação n.º 513/2010, do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 12 de Março.

Concorrentes Excluídos

Não existem concorrentes excluídos

19 de Abril de 2011. — A Presidente do Júri, *Carmina Maria dos Santos Andrade*.

204602796



PARTE G

CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 1066/2011

Por Deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., de 28 de Dezembro de 2010, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 234.º, do regime aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, foi autorizada licença sem remuneração, com efeitos a 31 de Dezembro de 2010, aos Trabalhadores seguintes:

- a) Maria Isabel Dias Coimbra Lourenço Mira — Assistente Graduado de Anatomia Patológica;
b) Maria Madalena Ramos Ferreira da Silva — Assistente Graduado Sênior de Anatomia Patológica.

19 de Abril de 2011. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

204600632

HOSPITAL DE FARO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 1067/2011

Por deliberação do Conselho de Administração do Hospital de Faro, E. P. E., de 14.04.2011:

Ana Isabel Cruz Paramos, Assistente Graduada de Ginecologia/Obs-tetrícia do Mapa de Pessoal do Hospital de Faro, E. P. E., em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — autorizada a redução de uma hora do seu horário semanal (de 39 horas para 38 horas), ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90 de 6/3, com a alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2007 de 23/2, aplicável nos termos do artigo 32.º n.º 3 c) do

Decreto-Lei n.º 177/2009. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18.04.2011. — A Técnica Superior de Recursos Humanos, *Jacinta Charneca*.

204604415

HOSPITAL INFANTE D. PEDRO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 1068/2011

Por deliberação do Conselho de Administração de 31/03/2011:

Ana Paula Oliveira Estrela, Enfermeira Especialista em regime de contrato de trabalho em funções públicas no Hospital Infante D. Pedro, E. P. E., autorizada a acumulação de funções, na categoria de Enfermeira, na CLIRIA — Hospital Privado de Aveiro, nos termos decreto-lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

(Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto).

18 de Abril de 2011. — A Directora do SGRH, *Paula Cristina da Silva Ribeiro*.

204596705

HOSPITAL DE SÃO TEOTÓNIO, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 1069/2011

Por deliberação do Conselho de Administração do Hospital de São Teotónio, EPE, de 25 de Março de 2011:

Vitor Manuel Carpinteiro Calvo, enfermeiro do mapa de pessoal deste Hospital, autorizado a acumular funções privadas na Resi-